

# AGGO

## Assembleia Geral Ordinária

Março/2025

# 01

## Abertura | AGO Formalidades

Deborah Wright



5 minutos

# 02

## Formalidades - Legais

Matheus Rossi



5 minutos

# Ordem do dia

**Tomar as  
contas dos  
administradores,  
examinar, discutir  
e votar as  
demonstrações  
financeiras**

**1**

**Aprovação do  
Orçamento  
do Exercício  
2026**

**2**

**Ratificação da  
indicação dos  
membros do  
Colegiado  
Independente  
Recursal (CIR)**

**3**

**Eleição dos  
membros do  
Conselho de  
Administração  
para o mandato  
2026/2028**

**4**

# 03

## Mensagem da Presidente do Conselho de Administração

Deborah Wright



10 minutos

# 04

## Relato das Atividades do Colegiado de Apoio ao Conselho – Conduta

Marilza Benevides



10 minutos

# Composição do CAC- Conduta (atual)

**Marilza  
Benevides**  
Coordenadora

**Paulo  
Vasconcelos**  
Vice

**Célia Assis**  
Vice

**Adriana Adler**

**Gabriela  
Mendes  
Blanchet**

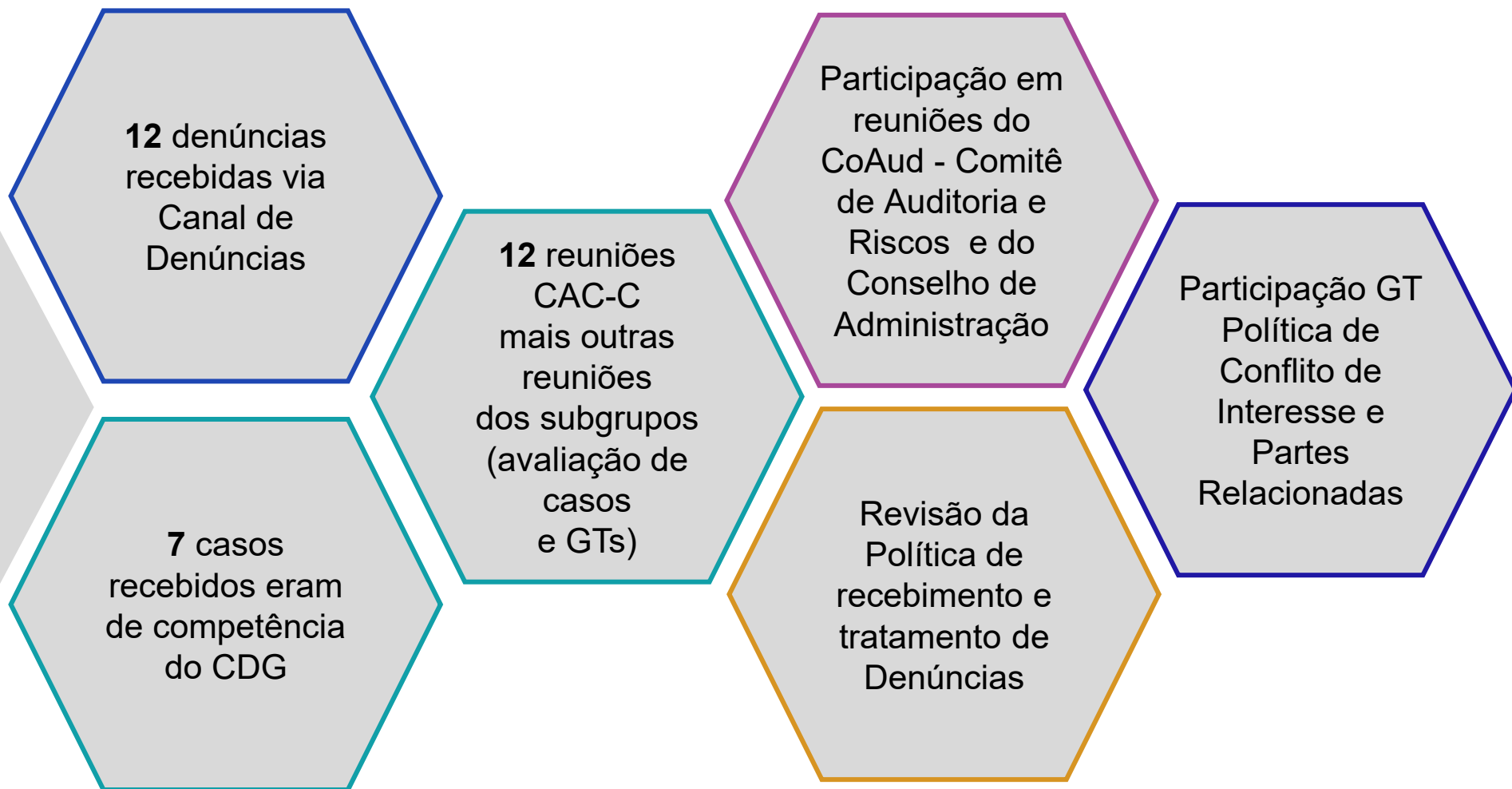
**Cátia Tokoro**

**Mauro André  
Mendes Finatti**

**Artur  
Damasceno**

**Ricardo Young  
Silva**

# Principais atividades do CAC-Conduata em 2025





## CAC-C Evolução

- Análise histórica de criticidade e impacto das denúncias
- Nova plataforma do Canal de Denúncias
- Biblioteca de modelos de documentos

## Processo de investigação

Aprimoramento e otimização de etapa, documentos e procedimentos



Oportunidades  
para 2026



## Treinamento e comunicação

- Para todos: CAC-C e Canal de Denúncias
- Para CAC-C: *compliance*, ética....

## Fortalecimento de boas práticas

Fluxo de acompanhamento CDG



# 05

## Apresentação Colegiado de Apoio ao Conselho – Indicação (CAC- Indicação)

Ricardo Setúbal



10 minutos

## Processo Eleitoral 2026

01

CAC-Indicação(\*) conheceu o novo planejamento estratégico do instituto, se reuniu com o Conselho e a Diretora Geral, reviu a matriz de competências desejada para o conselho de administração.

02

Contou com o apoio de consultoria externa que avaliou a relação dos associados – potenciais candidatos, antes mesmo da abertura do período de inscrição e incentivou que associados se candidatassem.

04

Após entrevistas dos candidatos, a consultoria apresentou lista com possíveis candidatos. CAC-Indicação analisou todos os candidatos e chegou a uma composição indicada.

03

Membros do CAC-Indicação entrevistaram todos os candidatos, além de se reunir com a consultoria especializada que assessorou o processo.

(\*) O CAC-Indicação tem como membros os seguintes associados: Ricardo Setubal (coordenador), Leila Loria, Luiz Carlos de Queiroz Cabrera, Vicky Bloch, Monika Conrads, Richard Blanchet, Gabriela Baumgart

## Recomendação da Composição indicada

- (i) mantém 04 (quatro) dos atuais membros do Conselho de Administração, um conjunto de conselheiros que participaram e aprovaram o Planejamento Estratégico do Instituto, garantindo a sua continuidade,
- (ii) traz e mantém experiência nos diversos segmentos de stakeholders do instituto como o setor público, empresas familiares, companhias de capital aberto;
- (iii) mantém a presença de conselheiros advindos dos Capítulos, em linha com o objetivo de se ampliar a influência nacional do IBGC
- (iv) amplia a expertise instalada sobre planejamento estratégico,
- (v) reforça a necessidade de se continuar a avançar na agenda da sustentabilidade,
- (vi) traz a experiência em conselhos de companhias de capital aberto, e
- (vii) agrega experiência em projetos de transformação digital.



A Composição Indicada também respeita um absoluto alinhamento aos princípios, valores e objetivos estratégicos do Instituto e da diversificação de perfis e na renovação do quadro de conselheiros, de forma a estimular a participação dos associados que ainda não atuaram no conselho do IBGC.

## Relação de Candidatos e Composição Indicada



Candidatos	
Antonio Carlos Bizzo Lima	
Bibiana Carneiro	
Cátia Tokoro	
Leticia Reichert Vieira	
Maria Cecília Andreucci Cury	
Monica Pires da Silva	
Nelio Henriques Lima	
Olga Stankevicius Colpo	
Ricardo Cesar de Almeida Oberlander	
Ricardo Mario Lamenza Alzogaray	
Simone Petroni Agra	
Tarcila Reis Corrêa Ursini	
Thiago Doria Moreira	

Composição Indicada	
Antonio Carlos Bizzo Lima	
Cátia Tokoro	
Leticia Reichert Vieira	
Maria Cecília Andreucci Cury	
Olga Stankevicius Colpo	
Ricardo Cesar de Almeida Oberlander	
Ricardo Mario Lamenza Alzogaray	
Simone Petroni Agra	
Tarcila Reis Corrêa Ursini	

06

**Destques 2025**

**Diretora-Geral**

Valeria Café



10 minutos

07

# Demonstrações Financeiras 2025 e Orçamento 2026

William Zanella



10 minutos

# DFs 2025

%

%

%

# DRE 2025

R\$mil

	2025	2024	variação	
Receita líquida	70.088,2	65.613,1	4.475,1	7%
Custos	(25.117,0)	(22.903,7)	(2.213,3)	10%
Despesas	(44.755,1)	(41.556,9)	(3.198,2)	8%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>216,1</b>	<b>1.152,5</b>	<b>(936,4)</b>	<b>(81%)</b>
Capex	(2.086,4)	(3.544,5)	1.458,1	(41%)
<b>MOC-e</b>	<b>7,6</b>	<b>7,8</b>	<b>(0,2)</b>	<b>(3%)</b>

# DRE da Causa

R\$mil

DRE DE APLICAÇÃO NA CAUSA	2025	2024	var	atingimento
Receitas das operações	66.947,4	63.518,3	3.429,2	105%
Custos diretos	(37.505,4)	(33.508,3)	(3.997,1)	112%
<b>Resultado das operações</b>	<b>29.442,0</b>	<b>30.009,9</b>	<b>(567,9)</b>	<b>98%</b>
Patrocínio + Receitas financeiras	5.612,2	4.025,2	1.587,0	139%
<b>Resultado total de geração de fundos</b>	<b>35.054,2</b>	<b>34.035,1</b>	<b>1.019,1</b>	<b>103%</b>
Despesas Corporativas	(14.292,6)	(12.746,1)	(1.546,5)	112%
<b>Resultado para Investimentos nos Projetos da Causa</b>	<b>20.761,6</b>	<b>21.289,0</b>	<b>(527,4)</b>	<b>98%</b>
<b>Total de Investimentos nos Projetos da Causa</b>	<b>(20.545,2)</b>	<b>(20.136,6)</b>	<b>(408,6)</b>	<b>102%</b>
Publicação e pesquisas	(1.877,8)	(2.018,6)	140,9	93%
RIG	(2.092,5)	(1.897,7)	(194,7)	110%
Socio Ambiental	(1.221,7)	(1.200,3)	(21,4)	102%
PDeC	(1.208,9)	(1.206,1)	(2,8)	100%
Mentorias	(1.182,2)	(1.333,9)	151,7	89%
Comissões	(1.700,2)	(1.730,2)	30,0	98%
Capítulos	(3.545,4)	(3.344,6)	(200,8)	106%
Eventos	(7.716,6)	(7.405,2)	(311,4)	104%
<b>% de investimento</b>	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>		
<b>Superávit para investimentos futuros</b>	<b>216,4</b>	<b>1.152,5</b>	<b>(936,1)</b>	<b>19%</b>

# Balanço patrimonial

R\$mil

## Ativo

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	13.908	15.352
Contas a receber	12.045	9.736
Impostos a recuperar	1	-
Outras contas a receber	854	671
	<b>26.807</b>	<b>25.758</b>
<b>Não circulante</b>		
Investimentos	3.410	2.957
Caução	135	135
Imobilizado	2.581	2.907
Intangível	3.541	3.090
	<b>9.667</b>	<b>9.089</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>36.475</b>	<b>34.848</b>

## Passivo e patrimônio líquido

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Contas a pagar	789	2.112
Obrigações sociais	1.190	975
Obrigações tributárias	220	236
Provisão trabalhistas e remuneração variável	5.155	5.797
Provisão para despesas com cursos realizados	2.051	2.610
Receitas antecipadas	6.749	3.015
	<b>16.156</b>	<b>14.745</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Patrimônio social	20.319	20.103
	<b>20.319</b>	<b>20.103</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>36.475</b>	<b>34.848</b>

# Orçamento 2026



# DRE Orçamento 2026

R\$mil

	2026	2025	variação	
Receita líquida	80.157,6	70.088,2	10.069,4	14%
Custos	(29.897,1)	(25.117,0)	(4.780,1)	19%
Despesas	(47.783,4)	(44.755,1)	(3.028,2)	7%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2.477,1</b>	<b>216,1</b>	<b>2.261,0</b>	<b>1046%</b>
Capex	(3.136,4)	(2.086,4)	(1.050,0)	50%
<b>MOC-e</b>	<b>6,9</b>	<b>7,6</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(9%)</b>

08

# Prestação de contas do Comitê de Auditoria e Riscos

Antônio Bizzo



5 minutos

## Carta do COAUD

O Comitê de Auditoria e Riscos (“Comitê”) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC ou “Instituto”) é um Comitê de funcionamento permanente e órgão auxiliar ao Conselho de Administração, conforme artigos 20 e seguintes do Estatuto Social e artigo 25 do Regimento Interno do Conselho de Administração do Instituto (“Conselho”). Tem por objetivo apoiar o Conselho nos temas de sua competência e é formado por membros do Conselho e associados ao IBGC indicados pelo Conselho.

Em 2025 a composição do Comitê contou com Antônio Bizzo, Conselheiro de Administração do Instituto e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos, Fábio Coimbra, também membro do Conselho de Administração do Instituto, e Ludmila de Melo Souza, associada ao Instituto e membro especialista. Luiz Passetti, também membro especialista, compôs o Comitê até fevereiro de 2025.

O Comitê realizou 9 reuniões ao longo de 2025, contando com a participação de todos os seus membros em cada uma das reuniões realizadas. Como convidados para apresentações e discussões de matérias específicas e relevantes, participaram das reuniões executivos-chave do IBGC, assessores e especialistas externos do Instituto, bem como os auditores externos

Foram pautados e tratados 62 temas durante as reuniões do Comitê no ano 2025, vários deles recorrentes, totalizando cerca de 40 horas de reuniões realizadas.

### **Como destaque, em 2025 o Comitê:**

- Seguiu com foco na melhoria contínua de processos relevantes para o Instituto, notadamente aqueles relacionados às práticas contábeis e a qualidade das demonstrações financeiras, à gestão de riscos, e ao ambiente de controles interno e compliance;
- Acompanhou e recomendou a criação de área dedicada que pudesse centralizar os temas de gestão de riscos, compliance, e controles internos;
- Recomendou e acompanhou a revisão metodológica da gestão de riscos do Instituto, com destaque para a nova matriz de riscos, concluída em 2025 e aprovada pelo Conselho no mesmo exercício;
- Recomendou que o acompanhamento dos riscos acontecesse através de software especializado e que fossem criados KPR's para acompanhamento dos riscos críticos;
- Recomendou a revisão da hierarquia das normas do Instituto, bem como a adoção de sistema automatizado para o respectivo controle, divulgação e treinamento interno;
- Recomendou a revisão da política de conflito de interesses e partes relacionadas, que está em andamento no âmbito da Gestão;
- Recomendou e acompanhou ações de cibersegurança, com vistas a melhoria no nível de maturidade da segurança da informação;
- Recomendou aprimoramentos no formato de avaliação do auditor independente;
- Recomendou e contribuiu com a criação de manual de práticas contábeis do Instituto, norma interna que prevê os tratamentos contábeis e fiscais;
- Recomendou e acompanhou as discussões internas e com especialistas sobre a reforma tributária e seus eventuais impactos no Instituto;
- Realizou o monitoramento e análise do processo de elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e anual;
- Avaliou os critérios de materialidade do relatório anual;
- Revisou a minuta do relatório anual de 2024;
- Revisou previamente as premissas do orçamento anual, as quais foram discutidas com a Gestão antes da submissão ao Conselho de Administração;
- Realizou reuniões periódicas com o auditor independente;
- Acompanhou e analisou os resultados financeiros e situação patrimonial trimestrais do Instituto;

- Discutiu e acompanhou o plano anual da auditoria externa;
- Monitorou o atendimento a os apontamentos feitos pela auditoria externa na carta de controles ;
- Realizou o acompanhamento dos trabalhos relacionados à LGPD;
- Revisou a forma de cálculo e valores previstos pela Gestão para pagamento da remuneração variável referente a 2024;
- Demandou aperfeiçoamento e discutiu com a Gestão sobre as práticas relacionadas aos contratos vigentes com fornecedores;
- Recomendou e acompanhou os aprimoramentos dos controles e do registro contábil do trabalho voluntário no âmbito do Instituto;
- Demandou e discutiu com a Gestão sobre a natureza e as modalidades das aplicações financeiras do Instituto;
- Discutiu com a Gestão e monitorou periodicamente os trabalhos relacionados ao plano de transformação digital do Instituto;
- Reuniu-se periodicamente com o CAC-Condução com fins de monitorar as atividades relacionadas ao canal de denúncias;
- Reportou periodicamente ao Conselho de Administração os assuntos do Comitê;
- Iniciou o processo de revisão do regimento interno do Comitê.

Concluindo, o Comitê analisou o parecer sem ressalvas emitido pelos auditores independentes e entendeu que, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil e estando suportadas pelo ambiente de controles internos, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 apresentam, em todos seus aspectos relevantes, adequadamente a posição financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, razão pela qual recomenda que elas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

Antônio Bizzo – Coordenador do Comitê

Fábio Coimbra

Ludmila de Melo de Souza

09

# Relatório do auditor independente externo sobre as demonstrações financeiras

André Moura



5 minutos

# Relatório do auditor



Tel.: + 55 11 3848 5880  
Fax: + 55 11 3045 7363  
www.bdo.com.br

Rua Major Quadrinho, 90  
Consolação - São Paulo, SP  
Brasil 01050-030

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Associados, Conselheiros e Administradores do  
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC ("Instituto"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) incluindo as disposições contidas no ITG 2002 (R1) - entidades sem finalidade de lucros.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

BDO ICS Auditores Independentes S.S. Ltda., uma empresa brasileira de sociedade simples, é membro da BDO International Limited, uma companhia limitada por garantias do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

3

## Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC ("Instituto"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) incluindo as disposições contidas no ITG 2002 (R1) - entidades sem finalidade de lucros.

# Relatório do auditor



Tel.: + 55 11 3848 5880  
Fax: + 55 11 3045 7363  
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90  
Consolação - São Paulo, SP  
Brasil 01050-030

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As  
Associados, Conselheiros e Administradores do  
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC ("Instituto"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) incluindo as disposições contidas no ITG 2002 (R1) - entidades sem finalidade de lucros.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

3



### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;

4



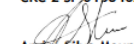
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
André Silva Moura  
Contador CRC 1 SP 300567/O-7

5

# 10

## Perguntas



15 minutos

# 11

## Encerramento da votação e suspensão da AGO para apuração



15 minutos

# Resultados

# 12

**Item 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o parecer do auditor independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 – Matheus Rossi**

**Aprovo**

**1.000**

**Não aprovo**

**2**

**Abstenção**

**198**

# 13

## Item 2- Aprovação do Orçamento do Exercício de 2026

Matheus Rossi

**Aprovo**

**985**

**Não aprovo**

**8**

**Abstenção**

**207**

# 14

**Item 3 - Ratificação da  
indicação dos membros do  
Colegiado Independente  
Recursal (CIR)  
Matheus Rossi**

**Aprovo**

**944**

**Não aprovo**

**31**

**Abstenção**

**225**

## Emilio Humberto Carazzai Sobrinho | CCA+ . CoAudit+

É Conselheiro e Membro de Comitê de Auditoria Certificados pelo IBGC. Cumpriu dois mandatos como conselheiro e como presidente do Conselho do IBGC. Representou o IBGC em colegiados da B3 e da ANBIMA. Foi membro, por dois mandatos da Comissão de Estratégia e da Comissão de Finanças e Contabilidade do IBGC. É membro da Comissão de Mercado de Capitais do IBGC.

Coordena e participa de comitês assessoriais de conselhos. Foi conselheiro de várias empresas nacionais (TECBAN, CIBRASEC, CAIXA SEGUROS, KLABIN SEGALL, BOMPREGO, TERRA SANTA AGRO, GRANBIO, STONEX, POTTENCIAL SEGURADORA, RBA ALIMENTOS entre outras); multinacional (MASTERCARD LATAM); e estatais (CAIXA, BANCO DO BRASIL, CHESF, SUDENE, entre outras). Foi sócio sênior e conselheiro da HabitaSec S.A. (2010-11), presidente da CAIXA Econômica Federal (1999–2002); CFO da Editora Abril (2002–2004); Diretor Geral e CEO do Banco Pine S.A. (2006–2008) e da Medial Saúde S.A. (2008–2010). Foi diretor estatutário do Banco Banorte S.A.; serviu como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda (1993); foi consultor sênior da Booz Allen Hamilton (1993–1997); e diretor corporativo da BompreçoPAR S.A. Coautorou diversas publicações do IBGC, e publicou artigos de conteúdo econômico e administrativo em jornais e revistas.

É coordenador do Comitê de Finanças do CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro; associado à entidade Anjos do Brasil; Sócio-Fundador da QUADRIVIUM Corporate Advisory; e investidor em startups. É graduado em Direito, com Mestrado em Administração de Empresas pela Manchester Business School, Inglaterra. Casado com Fabiana Maldí, reside em São Paulo.



## Lucia Casasanta | CCA+

Lucia Casasanta é Conselheira de Administração e coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário do Grupo Madero; Conselheira Fiscal da WEG; Coordenadora / Membro do Comitê de Auditoria da Cruzeiro do Sul Educacional, VAST Infraestrutura e Profarma; e Conselheira Consultiva da Brametal.

Foi Conselheira de Administração da Santo Antônio Energia, da Eletrobras, de Furnas e da CGT Eletrosul, tendo sido também Diretora de Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras.

No IBGC é instrutora credenciada e membro da Comissão Temática de Sustentabilidade, tendo sido Coordenadora do Capítulo RJ por 8 anos e membro da CT de Riscos.

Sua carreira profissional foi desenvolvida na auditoria e consultoria em gestão de riscos e de processos, com 29 anos de experiência na Arthur Andersen/Deloitte, dos quais 13 anos como Sócia.



## Paulo Salles de Toledo | CCA

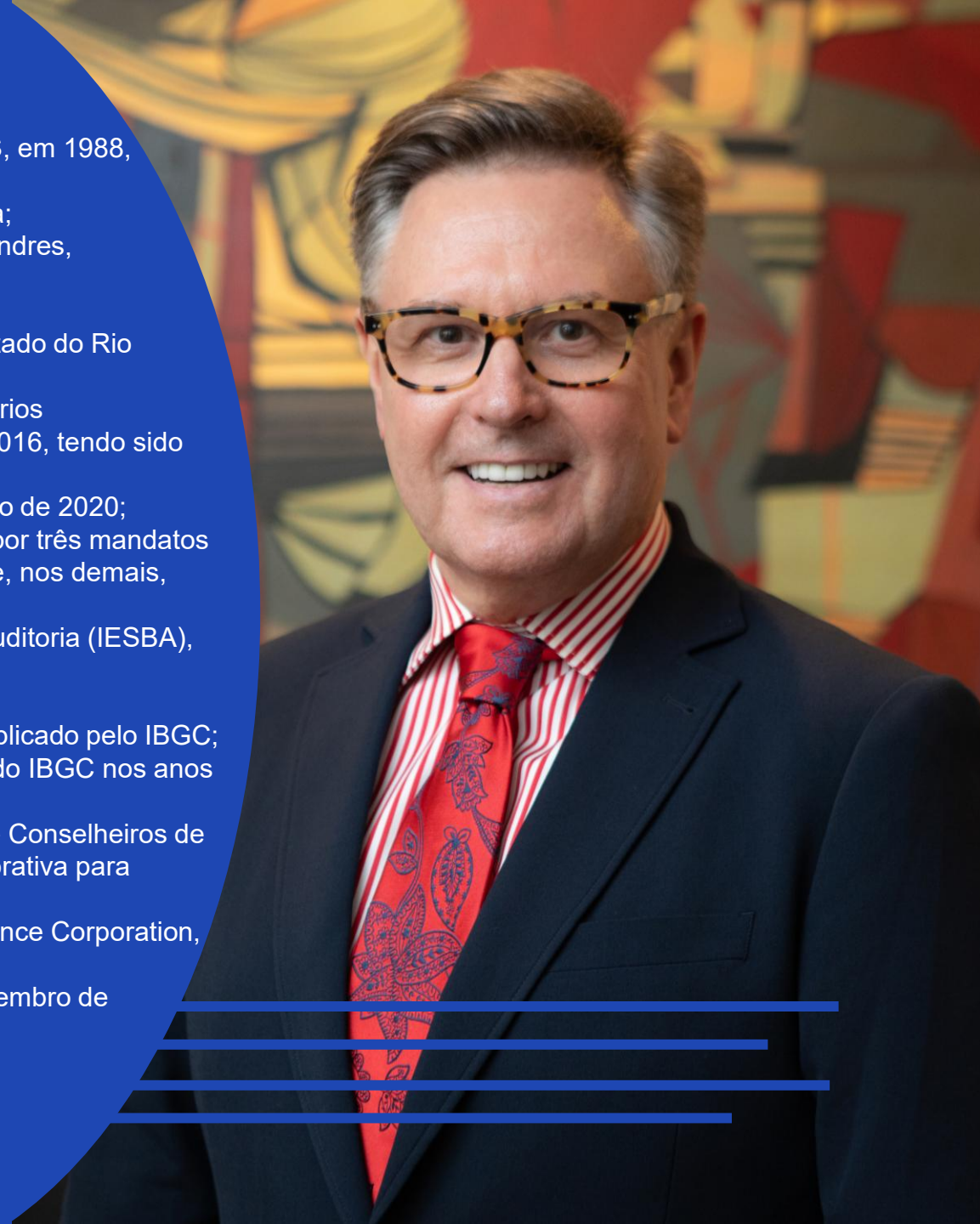
Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Advogado, Árbitro e Consultor Jurídico de empresas.

Fundador e Presidente do IBR – Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação de Empresas. Membro do Quadro de Árbitros de diversas câmaras de arbitragem. Conselheiro de Administração Certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Autor de livros e artigos sobre Direito Empresarial e Arbitragem.



## Robert Juenemann | CCA . CCF

- É advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, em 1988, com pós-graduação em Direito Processual Civil na mesma instituição, e pós-graduação em Planejamento Estratégico pela ESPM/RS, Sócio-fundador da Robert Juenemann Advocacia;
- Mediador de Conflitos certificado pelo CEDR – Center for Effective Dispute Resolution – Londres, Reino Unido
- Especialista em Arbitragem pela UNISC – Universidade de Santa Cruz, RS,
- Especialista em Direito e Processo Tributário – Escola Superior do Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul
- Especialista em Direito e Processo Tributário - IBET - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários
- Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC, na modalidade prova, em março de 2016, tendo sido renovada a certificação em março de 2020;
- Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC, na modalidade de experiência, no mês de outubro de 2020;
- Conselheiro de Administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – por três mandatos consecutivos, no total de 5 anos, em um deles sendo coordenador do Comitê de Pessoas e, nos demais, membro do Comitê de Auditoria;
- Foi Membro do Conselho Internacional de Práticas Éticas para a Profissão Contábil e de Auditoria (IESBA), órgão da Federação internacional dos Contadores e Auditores (IFAC)
- Integrante em diversos Conselhos de Administração e Conselhos Fiscais
- Co-autor do Guia de Orientação Jurídica de Conselheiros de Administração e Diretores, publicado pelo IBGC;
- Membro do grupo de revisão do Código de Melhoras Práticas de Governança Corporativa do IBGC nos anos de 2014/2015;
- Palestrante dos módulos Responsabilidade dos Administradores, no curso de Formação de Conselheiros de Administração, e Acordos de Acionistas e Regime de Bens, no curso de Governança Corporativa para Empresas Familiares, ambos ministrados pelo IBGC;
- Participou do Workshop Effective Board Leadership, promovido pelo IFC- International Finance Corporation, no mês de outubro de 2017;
- Co-autor do livro Empresas Familiares - Como Salvar ou Como Destruir?, lançado em novembro de 2019 na Feira do Livro de Porto Alegre;
- É membro do grupo de diversidade LGBTQIAPN+;
- Fala e escreve em português, inglês, francês, espanhol, alemão e italiano.



# 15

## Item 4 - Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato 2026/2028

Matheus Rossi

Candidatos	Votos
Cátia Tokoro	969
Tarcila Reis Corrêa Ursini	964
Leticia Reichert Vieira	949
Maria Cecília Andreucci Cury	938
Olga Stankevicius Colpo	929
Antonio Carlos Bizzo Lima	919
Ricardo Mario Lamenza Alzogaray	899
Simone Petroni Agra	898
Ricardo Cesar de Almeida Oberlander	890
Bibiana Carneiro	169
Monica Pires da Silva	137
Thiago Doria Moreira	90
Nelio Henriques Lima	83

# 16

## Agradecimentos e encerramento

Deborah Wright



2 minutos